

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual
/ Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-627-0

DOI 10.22533/at.ed.270200112

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Gênero sexual.
4. Diversidade sexual. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza (Organizadora). II. Título.

CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substancialmente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. (Paulo Freire)

Na última década, percebemos um conjunto de resistências no processo de tratamento da temática de gênero e diversidade, principalmente nas instituições escolares. Enraizado num fundamentalismo religioso, esse assunto vem sendo covardemente atacado pelas alas conservadoras da sociedade, as quais têm (re) produzido discursos de ódio na tentativa de deslegitimar e/ou distorcer esse campo de discussão. Educar numa matriz que (re)conheça a emergência do debate acerca das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, consiste numa proposta de educar em direitos humanos, ou seja, educar para um processo de humanização e respeito mútuo entre os sujeitos. Sob esse viés, entendemos que a dinâmica dos espaços e das relações sociais se encontra permeada de questões, contudo, o contexto escolar por sua vez, é o lócus privilegiado para tratamento dessa temática, dada a diversidade de sujeitos/as e experiências que advêm de diferentes espaços socioculturais.

As pessoas têm direito ao acesso ao conhecimento, numa permanente reflexão crítica, o que lhes possibilita avaliarem, analisarem o seu cotidiano, as suas ações e atitudes. Porque sem o acesso ao conhecimento científico não podemos ser sujeitos críticos, a educação sexual emancipatória e as teorias do pensamento crítico, pois não temos como ser críticos se formos orientados e pautados em equívocos teóricos, em erros e mentiras nas práticas vivenciadas. A partir das análises dos documentos em sua totalidade, foi registrado, a cada instante, o respaldo que a educação sexual emancipatória e uma ação pedagógica críticoreflexiva recebem desses documentos oficiais, assim como o amparo legal que docentes possuem de maneira direta ou indireta, para realizarem intervenções sobre a temática sem medos, repressões ou perseguições. Desta forma, as reflexões sobre os documentos oportunizaram observar sua potencialidade, bem como registrar algumas lacunas que podem ser reestruturadas partindo do que registramos esta pesquisa. E, assim, podemos afirmar a preocupação de ambos os documentos analisados nos aspectos da saúde humana para a vida com qualidade, com proteção e preservação à natureza e à vida humana, englobando uma visão de ser humano em sua inteireza, no mundo, junto aos outros seres.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Silmário Batista dos Santos

Célio Marcos Colombro Molteni

Fabricio Augusto Correa da Silva

Vaquiria Nicola Bandeira

Antonio Marcos Vanzeli

Débora Fernandez Antonon Silvestre

Melissa Camilo

Debora Cristina Machado Cornélio

DOI 10.22533/at.ed.2702001121

CAPÍTULO 2..... 15

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DOS CASOS DO CÂNCER DE PÊNIS EM PERNAMBUCO: REVISÃO INTEGRATIVA

Simone Souza de Freitas

Amanda Dacal Neves

Ana Beatriz Sousa Nunes

Eveliny Silva Nobre

Heloise Agnes Gomes Batista da Silva

Ilka Maria de Santana

Inalda Juliani Ferreira dos Santos

Joana D'arc Tavares do Nascimento

Jeniffer Emidio de Almeida

Luis Felipe da Silva Medeiros

Marcella Brianni de Araújo Gomes

Nathalia Nascimento Gouveia

Maria Ramona da Penha Carvalho

Shelma Feitosa dos Santos

Tayanne Kettyne Silva Santos

Victor Hugo Silva de Lima

DOI 10.22533/at.ed.2702001122

CAPÍTULO 3..... 24

CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FAMÍLIA

Isael Cavalcante Silva

Ivanete Silva de Sousa

Francisca Francimar Araújo Pinheiro

Maria Conceição Batista de Oliveira

Vitória Kísla Brasil Barros

Elisabeth Soares Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2702001123

CAPÍTULO 4.....	31
ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA	
Elvira Simões Barretto	
Lenilda Inácio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2702001124	
CAPÍTULO 5.....	44
A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza	
Samya Cotta Brandão Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001125	
CAPÍTULO 6.....	57
CONSTRUCCIÓN DE IMAGEN DE GÉNERO EN EL CONTEXTO ESCOLAR Y FAMILIAR. PERCEPCIÓN DE FUNCIONARIAS DE UNA UNIVERSIDAD DE PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001126	
CAPÍTULO 7.....	72
EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR	
Gislene Quaresma Oliva	
Maria da Luz Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001127	
CAPÍTULO 8.....	83
PARA ALÉM DA REPRESENTATIVIDADE: A RELEVÂNCIA DE PABLO VITTAR E LUDMILLA PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+	
Lara Muniz Araujo	
Isabella Perrotta	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2702001128	
CAPÍTULO 9.....	96
PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN CARGOS DIRECTIVOS EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE GESTIÓN PÚBLICA – CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001129	
CAPÍTULO 10.....	107
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE	
Nelmires Ferreira da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.27020011210

CAPÍTULO 11 118

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Maria da Luz Alves Ferreira

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.27020011211

CAPÍTULO 12 130

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO DA CRECHE

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011212

CAPÍTULO 13 137

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011213

SOBRE A ORGANIZADORA 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

CAPÍTULO 10

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Nelmires Ferreira da Silva

Universidade Federal de Sergipe
Aracaju-SE

<http://lattes.cnpq.br/9206799101414551>

RESUMO: Este artigo ora intitulado “Políticas Públicas para Mulheres e os desafios à visibilidade” tem como objetivo situar o cenário dos anos de 1990 ao novo milênio no cotidiano de intensas contradições, as quais figuram o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes na tensão efervescente do conjunto dos arranjos de políticas asseguradas no marco da Constituição Federal de 1988 até então, em processo de desmonte pelo jogo dos ajustes neoliberais. Nessa direção, adotamos nos procedimentos método- lógicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres na luta pela inserção em políticas que possibilitem a sua visibilidade e autonomia. Das reflexões alcançadas compreendemos que na atualidade há intensos questionamentos quanto à natureza das políticas públicas ditas emancipatórias, cuja movimento se apresenta na dimensão do controle, ora na perspectiva de empoderamento, ao que entendemos, a eminente necessidade de resignificar o sentido real de tais políticas e seus redesenhos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Políticas

Públicas, Visibilidade, Autonomia.

PUBLIC POLICIES FOR WOMEN AND THE CHALLENGES TO VISIBILITY

ABSTRACT: This article now entitled “Public Policies for Women and the challenges to visibility” aims to situate the scenario from the 1990s to the new millennium in the daily life of intense contradictions, as what figure in the process of production and reproduction of the class antagonisms in the effervescent tension of the set of policy arrangements ensured within the framework of the Federal Constitution of 1988 until then, in the process of dismantling by the game of neoliberal adjustments. In this direction, we adopted in the methodological procedures a bibliographic cut listed from authors who focus on the concrete reality of women in the struggle for insertion in policies that enable their visibility and autonomy. From the reflections reached, we understand that currently there are intense questions about the nature of the so-called emancipatory public policies, whose movement is presented in the control dimension, now in the perspective of empowerment, to what we understand, an eminent need to reframe the real meaning of such policies and their redraws.

KEYWORDS: Women, Public Policies, Visibility, Autonomy.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo ora intitulado “Políticas Públicas para Mulheres e os desafios à visibilidade” tem como objetivo situar o movimento contraditório das políticas públicas,

ora estratégia de controle estatal, ora enquanto instrumento de resistência em processo de construção no cotidiano cuja movimentação figura o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes. Nessa direção, adotamos nos procedimentos metodológicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres em seu movimento de luta, e no caso específico, àquelas que vivem no meio rural brasileiro lutando por políticas inclusivas.

Assim, alicerçamos as análises nos referenciais de MARX, Karl, 1975; ADORNO, Theodor, 1995; IASI, Mauro, 2005; FOLLADOR, Kellen, 2009;

BEAUVOIR, Simone, 2011; FARAH, Marta, 2013, utilizando da abordagem teórica crítica social materialista histórico dialética, por entendermos que o objeto de pesquisa deve ser apreendido em sua essencialidade sócio-histórica determinada.

Nesse recorte histórico compreende-se que é “na raiz da questão social que encontramos as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercado financeiros e empresas multinacionais, forças que subordinam o Estado ao passar a assumir o ônus das exigências dos mercados (IAMAMOTO, 2009). Daí, problematizamos acerca do sentido da emergente política pública, no caso específico aquela direcionada para a inserção da mulher trabalhadora no espaço produtivo dirigida, ora num movimento entre conquistas democráticas e negação de direitos, ora políticas emancipatórias versus subsunção aos interesses do capital.

O ponto central é analisar a fragilidade das políticas públicas na contemporaneidade no terreno das contradições envolta do “[...] mistério que se origina da sua absoluta complexidade” (HARVEY, 2013, p.411), a qual compreendemos “[...] tem-se o reino do capital na plenitude de seu desenvolvimento e alienação” (HARVEY, 2013). Para tanto, observamos a partir de Harvey que,

[...] tarefa da ciência desmistificar tudo isso, revelar a lógica tentadora que corre pelas veias do sistema financeiro, expor a vulnerabilidade interna que está por trás do que, na superfície, é o poder controlador totalmente hegemônico. Essa tarefa reque, para o seu adequado cumprimento, uma mistura sutil de teoria e investigação materialista (2013, p. 412).

Destacamos que tal estudo tem como base de análise os fundamentos sócio-históricos da abordagem materialista dialética, a qual possibilita apreender a questão social no contexto atual do movimento do capital financeiro, ao longo de quase uma década do século XXI. Os referenciais assinalados se constituíram num suporte às reflexões teóricas, capazes de fortalecer as indagações e capturar a lógica do objeto deste estudo, cujo movimento circunscreve em mão dupla, dualiza o *concreto e a essencialidade do fenômeno* (NETTO, 2001). Das inferências

introdutórias desse estudo, imprimi destacar que ensejamos a partir das reflexões que possamos contribuir para fortalecer o debate acerca da relação entre mulher e as políticas públicas de modo a levantar novos questionamentos. Entre outros anseios, esperamos que se renovem as questões de pesquisa, uma vez que, os rebatimentos e desmontes das políticas sob a agenda neoliberal tem gerado um quadro grave e preocupante, merecedor de novas atenções por parte da sociedade civil e dos estudiosos em suas produções acadêmicas.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Políticas públicas para mulheres e os desafios à visibilidade e à autonomia

A partir do novo milênio um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador, os avanços aparecem como contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente “progressista” e moralizador, entre-tanto, preserva os *mudos operandus* do *status quo* patriarcalista e autocrático. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditório, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher trabalhadora no acesso as políticas públicas.

Ao resgatar o caldo cultural patriarcalista e sexista presente no cotidiano das famílias que vivem no espaço brasileiro, marcadamente na região Norte e Nordeste, entendemos que a relevância do presente estudo justifica-se, mediante a possibilidade de resgatar elementos para pensar o sentido e o significado dos arranjos de políticas públicas dirigidas ao segmento mulher. Este ancorado sob o discurso emancipatório, ora contraditoriamente, reifica velhas práticas conservacionistas de relações gênero, cujo imaginário esconde a concretude da subordinação em que vivem as mulheres em suas múltiplas dimensões, ao que, compreendemos que na atualidade têm havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas dita emancipatórias.

No breve resgate histórico, é possível verificar desde os manuscritos inéditos de 1986 de autoria de Marx que *a primeira divisão do trabalho foi aquela travada entre homem e mulher para fins de procriação dos filhos*. Vale considerar que, o primeiro antagonismo de classe no entanto, que emergiu na história, coincide com o

antagonismo entre os gêneros no laço da relação de monogâmica.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo. Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre homem e mulher mediante o domínio exclusivo do primeiro (MARX E ENGELS, 1968).

É na sociabilidade do capital que se constrói a cultura das diferenças de gênero que tratou de estereotipá-la de frágil e submissa, estando o homem sempre no topo da hierarquia (WEBSTER, 1964). Essas diferenças criadas socialmente foram reforçadas pelo patriarcado e expressas no espaço público. Assim, a mulher passou a ser associada ao trabalho doméstico.

Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada. Com efeito, afirma Moraes ao comentar a obra de Engels: No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o pensamento de Marx abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’ [...]

Possibilitou também uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas, as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações. Assim é que essa teoria propõe “um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais”. Nesse âmbito, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas às mulheres

Ao situarmos as particularidades históricas do Brasil, o pensamento social e histórico acerca da sociedade patriarcal revela a carga de estigmas que conformaram um cotidiano onde as mulheres cercaram-se de relações de subserviência, preconceito, de exclusão, medo e violência. Ao contrário da visão subjetivista e focalista, Marx concebe a “essência humana”, indissociável da noção de indivíduo social, expressa nas Teses sobre Feuerbach, na qual consta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (apud IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Contudo, vale sublinhar que as conquistas da mulher, particularmente,

quando foi inserida no mercado de trabalho, largamente demandada na divisão social e técnica do trabalho coletivo não se configuraram como um ganho apenas desse segmento, mas uma estratégia do capital em fortalecer seu exército de mão de obra mais barata. Tal compreensão não traduz uma mera negação das conquistas de espaço laboral às mulheres, inclusive na ocupação de melhores cargos e salários advindos de melhores acesso a educação.

Não pretendemos negar a luta e as conquistas travadas pelos sujeitos políticos organizados, rumo à educação e qualificação profissional enquanto mecanismos de inserção e inclusão nas políticas públicas no âmbito do espaço laboral. Além disso, consideramos que esse movimento foi engendrado mediante as organizações de mulheres de baixo pra cima, sob a perspectiva de conscientizá-las para desafiar a subordinação (MOSER, 1999).

Nesse percurso, os traços analíticos reatualizam-se nos dias atuais e repercutem conforme Mota (2010), em níveis de interpretações, no caso particular desse estudo, compreendemos as contradições do movimento que se configuram em avanços/conquistas e recuos, figuradas em teorias e retóricas pós-modernas, neoglobalizantes que vão na contramão dos anseios revolucionários. Nessa direção,

a expropriação e mercantilização de atividades consideradas domésticas e privadas não mercantis; e na superexploração das famílias, particularmente das mulheres dos países periféricos, que assumem duplas jornadas de trabalho, obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveriam ser de responsabilidade pública e estatal (DUQUEARRAZOLA, 2006, in. MOTA, 2010, p.31).

A força motriz desse processo encontra-se no interior da sociedade capitalista, a qual incorporou os membros da família na divisão sócio técnica do trabalho, inclusive a força do trabalho feminina (NETTO E BRAZ, 2008). Tal movimento chega na contemporaneidade refuncionalizado, aquela não inserida no trabalho doméstico, elas estão remodelando à esfera da produção, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizativas da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ, 2008, p.154).

A histórica relações machistas e segregadoras da mulher, faz-se presente nos dias atuais, e se expressa na invisibilidade, ou ainda, nas relações de trabalho com os menores salários e crescente feminilização em nichos laborais desregulamentados e precarizados. No marco desse panorama, o papel do Estado refuncionaliza-se com base em políticas utilitaristas, cumprindo a função de agente catalisador do sistema capitalista, tendo como consequência a permanente desigualdade social e de gênero.

A partir do novo milênio, um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador os avanços aparecem contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente progressista e moralizador, preservando o *modus operandi* conservador da ordem. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditória, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher.

Certamente, os ganhos trazem explicações na intensa luta do movimento feminino de mulheres que passam apresentar os primeiros sintomas dessa revolução expressas nas taxas de fecundidade, nos níveis de educação, na participação no mercado de trabalho em sintonia com o novo papel da mulher na sociedade contemporânea, principalmente a partir do novo milênio (GOMES,2011)¹.

Essas mudanças têm refletido também nos avanços no campo jurídico e na agenda governamental que imprimiram o planejamento e gestão de políticas públicas para os diversos segmentos do grupo familiar. As demandas por um conjunto de políticas que emergiram da luta da sociedade civil a partir dos anos 1980, tiveram como resultado a implantação e execução de políticas universais e focalizadas em ações afirmativas dos sujeitos. Conforme Joaquim Barbosa Gomes, tais ações pode ser definidas como,

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate a discriminação de racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES,2001,p.40 2011).

Nas particularidades do meio rural esse debate também ganha espaço junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), as Mulheres Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, etc. As lutas por melhores condições de vida e de trabalho no campo incluem em seus repertórios o acesso à terra, água, crédito, assessoria técnica, formação/capacitação, alternativas de comercialização além das demandas e reivindicações das pessoas que vivem no espaço urbano, tais como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social, enfim, independente se são demandas específicas ou

1. Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/PP-GeR,UFS,2012.

universais, o que se busca é a garantia dos direitos sociais assegurados por meio de legislações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas nacionais - Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais e as intervenções. Para isso, partiram de uma leitura de mundo de que,

no espaço agrário se via 'a emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apegam-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada' (JOFFILY, 2004. p. 9).

Entendeu-se que a mulher inserida no campesinato enfrentava cotidianamente dupla opressão. Uma pela questão de classe social e outra, pela questão de gênero, daí a luta ganha dimensão e força vindo a se articular com os movimentos urbanos. Assim, ao mobilizar-se, ergue-se uma bandeira de luta contra qualquer forma de discriminação e exclusão às mulheres trabalhadoras rurais.

É no bojo desses determinantes sócio-históricos que as mulheres camponesas no Brasil têm nas últimas décadas do século XX e início do XXI erguido numa bandeira de luta por um novo projeto de agricultura camponesa para o país. Somam-se aos movimentos sociais globais, clamando por direitos universais, políticas públicas que fortaleçam as diferenças com igualdade no acesso aos serviços e riquezas socialmente produzidas. Suas agendas pontuam a defesa ao ambiente, a biodiversidade e a todas as formas de vida do planeta, na compreensão de que a luta se faz nos espaços públicos e coletivos continuamente contra as,

as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas análises, como sujeito da produção e reprodução dessas desigualdades. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos (SILVA, 2009.p. 8).

A inversão nessa lógica contraditória ganha fôlego e começa a dar sinais de mudanças por meio de ações articuladas dos movimentos e organizações feministas ao conjunto das políticas governamentais pactuadas com a sociedade civil na intenção de promover mecanismos de autonomia econômica e igualdade social às mulheres. Nas particularidades das políticas dirigidas para o meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a discutir o ingresso da mulher na política pública do PRONAF em 2001 por pressão dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais entendendo que,

na contemporaneidade, não cabem às mulheres as funções reprodutivas, o trabalho doméstico; elas estão remodelando a esfera da

reprodução, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizações da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ, 2005.p.154).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) passaram a atuar em parceria com movimentos sociais de mulheres. Também, este órgão criou a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e disponibilizou recursos para a implantação de políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

Esta institucionalidade fortalecida via o protagonismo social contribuiu para qualificar programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas visando à cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres. Essas ações contemplam garantia dos direitos a terra, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo (IIPNRA, 2004).

Certamente, a participação das mulheres em órgãos colegiados do desenvolvimento rural foi e continua sendo uma estratégia que fortalece a criação de novos espaços de participação e controle social. Atualmente, as mulheres têm representação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) e nos Comitês Gestores do Programa e Documentação, do Programa de Organização Produtiva e do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito (MDA,2012).

Na esfera federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA) vem sendo traçadas ações de políticas públicas com recortes para inclusão da mulher no meio rural. Como prioridade para as diversas áreas de atuação do Governo Federal, especialmente as voltadas à efetivação da sua cidadania e aos direitos econômicos: documentação civil, terra, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva e enfrentamento da violência contra a mulher no campo e na floresta.

Dentre as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, destacamos a implantação, partir de 2003, do Programa Nacional de Reforma Agrária, em que o Incra ampliou os direitos das mulheres à terra. A portaria Nº 98 estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma agrária. Os procedimentos de Inscrição de Candidatos (as) na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas Áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural incluíram, em caráter obrigatório, a mulher e o homem, independente de estado civil. Famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

No que tangem às ações para promoção de renda para a autonomia foi lançado em março de 2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) que se solidifica por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O objetivo é viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Coordenada pelo MDA pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o referido Programa conta com um Comitê Gestor Nacional constituído pelo governo federal e sociedade civil. Desde 2008, empreendimentos de mulheres têm direito a cota de 30% dos grupos produtivos que participam da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Entre outros ganhos, foi o crédito especial para as mulheres, o Pronaf (Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar) objetiva garantir a inclusão delas na gestão do crédito familiar. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005. Criaram-se instrumentos específicos de financiamento dirigidos às mulheres rurais de caráter individual e coletivo, capacitaram-se milhares de trabalhadoras rurais, gestores e gestoras, além de agentes financeiros e apoiaram-se diversas ações de difusão de experiências de acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. Considerando a safra 2003/2004 até a atual safra: 2009/2010 mais 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 236 milhões de reais foram emprestados (MDA,2012).

Os avanços e ganhos simbolizam os marcos de uma “Era” em que a mulher tem ocupado espaços e centralidade frente as políticas públicas brasileiras. Os recortes afirmativos, tais como mulheres camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, catadoras de babaçu etc, fomentaram a política universal com claro respeito as necessidades particulares dos grupos sociais (IIPNRA;2003/2004).

Na dialética do movimento antagônico em que imperam a lógica da velha ordem, travestidas do moderno, do novo, entendemos que encortina o *fetiche*: se renova para conservar o *status quo* da hegemonia do capital financeiro. A nova retórica despolitizante da questão social, e naturalizante, tendência a se criar um imaginário que não ultrapassa a aparência do real.

Estudiosos das políticas sociais (BEHRING (2009); FALEIROS(2008), Netto(2008),Mota(2009) dentre outros, chamam a atenção para o quadro de embrionamento das políticas de bem-estar social, que logo foram dissipadas pelas orientações desregulatórias dos ajustes perversos da agenda neoliberal (TAVARES,2006). Assim sintetizavam Behring e Boschetti (2006) há um *des- monte*

do estado de direitos, nessa direção complementa Potyara Pereira,(1992) agora é a vez do cidadão consumidor.

Nesse difuso quadro panorâmico que trafegam as políticas públicas focadas para reparar a histórica exclusão da mulher brasileira com soluções técnicas, reeditando um viés das políticas públicas clássicas e marginais. A primeira busca realizar uma negociação entre novas e velhas forças sociais sem alterar as regras institucionais da sociedade tradicional e a segunda visa a manutenção do sistema capitalista e não pressupõe sequer a alteração da propriedade fundiária, criando, apenas, um conjunto de ações paliativas ou compensatórias (BEHRING,2009).

Conforme Behring (2009), hoje tem havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas, os interesses, seus sentidos e significados. Num recorte histórico que “na raiz da questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo— das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, forças que submetem o Estado, o qual passa a assumir o ônus das exigências dos mercados” (IAMAMOTO;2009.p.31). Daí, passamos a buscar o sentido da emergente política pública, no caso específico, o crédito produtivo dirigida para a mulher trabalhadora rural, num movimento entre conquistas democráticas e antagonicamente, políticas subsumidas aos interesses do capital.

3 | CONSIDERAÇÕES

Os resultados obtidos nos levaram a considerar que, apesar da forte inserção da mulher na base legal constitucional, o protagonismo nos lócus de discussões das políticas públicas, a tão sonhada autonomia prende-se as inoperantes políticas focalistas e desuniversalizantes. Dai, entendemos em nossas análises que as mulheres e a visibilidade nas políticas públicas são reais, porém, fortemente marcada pela ausência de políticas efetivas e continuadas que não só despolitizam a dimensão de gênero como nega. Sublinhamos que embora a proposta de inserir a mulher na vida produtiva seja parte das reivindicações desses sujeitos em suas lutas cotidianas, a operacionalização destas traz em si, o cerne da própria reprodução das relações desigual e socialmente subalternizadora da mulher trabalhadora rural.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. Família, aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998

AMANDO, Maria Zélia Alves. O trabalho das mulheres nos agrossistemas – um estudo no projeto de assentamento Dandara em Malhador Sergipe,2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o Homem no Nordeste: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ªed. –São Paulo:Cortez,2011.

BEAUVOIR, Simone. A dominação masculina.Bertrand Brasil, Rio de Janeiro:1999. Disponível em:<http://www.metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netma101/a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-boudieu>. Acessado em:25/09/2011.

BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine. Política Social no contexto da crise capitalista. In.: direitos Sociais e competências sociais,2006.

CRUZ, M. H. S. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. Em Neves, P. S. (org). *Educação, cidadania: questões contemporâneas* (pp. 92- 116). São Paulo: Cortez Editora, Rd. UFS, 2009.

GOHN, M. da G. (org). (2003). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOMES. A. Políticas Públicas e Gênero, In: Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça I GPP-GeR. Módulo 2, 2011.

IAMAMOTO, Marilda questão social no capitalismo. In: Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano II, n.3, jan./jul. 2001, Brasília, ABEPSS, Grafline, 2008.

JOFFILY,Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991), fazendo gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos23 a 26 de agosto de 2010.

KONDER, Leandro. A utopia hoje, jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30/10/99.pttp. www.intermega.com.br/mssantos/cartas.htm. Site.66.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FISCHER, I. R., GEHLEN, V. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino**. Trabalhos para discussão, n. 130/ 2002. Disp: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>, acessado em 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 22, 107, 109, 113, 114, 115, 116, 144

C

Câncer de pênis 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Creche 130, 131, 133, 134, 135

Criança 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 87, 130, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

Cuidados de enfermagem 16

D

Desigualdades 10, 37, 41, 54, 55, 60, 73, 77, 106, 113, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 135

Ditadura Militar 72, 73, 75, 76, 77, 80

Diversidade sexual 2, 1, 10, 26, 30, 32, 42, 49

E

Educação 2, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 56, 109, 111, 112, 117, 124, 131, 133, 135, 136, 141, 143, 146, 147, 149

Educação em saúde 15, 16, 18, 20, 21, 22

Educadores 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Educandos 137, 140, 147

Enfermagem 7, 9, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 124

Escola 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 31, 32, 36, 39, 41, 42, 50, 83, 87, 131, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

F

Família 6, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 54, 75, 84, 87, 110, 111, 113, 116, 117, 125, 126, 132, 138, 141, 142, 143, 144, 146

Família contemporânea 31

Feminismo 42, 55, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 92

G

Gênero 2, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138

I

Igualdade 4, 10, 12, 44, 53, 74, 78, 79, 112, 113, 114, 135

Interseccionalidades 118, 122, 124, 127, 129

L

LGBTQIA+ 24, 25, 26, 27, 28, 29

Liberdade 13, 35, 46, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 92

Ludmilla 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 94

M

Migrações rurais-urbanas 118, 122, 124

Militarismo 44, 45, 47

Modelo de parentalidade 31

Mulher 7, 8, 14, 37, 38, 41, 44, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 90, 92, 94, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 127

Mulheres 3, 6, 7, 8, 13, 14, 28, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

O

Opressão 26, 35, 72, 75, 76, 77, 78, 81, 95, 110, 113, 125, 127, 138

Organização espacial 130

P

Pablo Vittar 83, 84, 85, 88, 89, 90, 94

Polícia 44, 49, 52, 55, 56

Políticas públicas 78, 79, 81, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

População LGBTQIA+ 83

R

Relações de gênero 1, 7, 10, 11, 31, 80, 120, 121

Representatividade 54, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Resistência 45, 47, 49, 52, 72, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 108, 145

S

Sexualidade 2, 1, 7, 10, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 46, 55, 86, 87, 91, 95, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 149

T

Tabus 1, 22, 137, 139, 140, 145, 146

Trabalho doméstico 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129

V

Violência sexual 77, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Visibilidade 10, 23, 107, 109, 116, 121, 127

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 